

# Deus, pátria e família

## Similaridades conjunturais e retórica conservadora durante os Factory Acts, a era Vargas e a ascensão do bolsonarismo no Brasil

### God, homeland and family

Conjunctural similarities and conservative rhetoric during the Factory Acts, the Vargas era and the rise of Bolsonaroism in Brazil

wander Luis de melo cruz\*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.009>

Wikimedia Commons



À esquerda, sessão doutrinária realizada no Brasil pela Ação Integralista na década de 1930. Encabeça as mensagens o lema “Deus, pátria e família”. O mesmo lema comparece nas manifestações da extrema-direita bolsonarista nos últimos anos (foto abaixo)

Sergio Lima / Poder 360



## RESUMO

As interpretações sobre a ascensão de grupos conservadores que levaram Jair M. Bolsonaro à Presidência da República Federativa do Brasil têm sido motivo de controvérsias na imprensa especializada e entre intelectuais. Neste artigo, sustentamos a tese de que o materialismo histórico, com as lutas de classes como motor do processo histórico, ainda oferece o melhor sistema teórico econômico e social para compreendermos a crise política no Brasil. Para respaldar nosso argumento de que a tipologia dos conflitos atuais não é algo endêmico da realidade brasileira nem essencialmente “novo”, analisamos eventos de conflito de classes em dois recortes históricos distintos: os Factory Acts (leis fabris), no século XIX, na Inglaterra; e a era Vargas, entre os anos de 1930 e 1954 no Brasil. Em ambos os casos, destacamos eventos em que as práticas burguesas foram muito similares — às vezes idênticas — às vivenciadas no Brasil pré e pós-impeachment de Dilma Rousseff, incluindo as práticas antidemocráticas e o apelo a slogans como “Deus, pátria e família”.

**Palavras-chave:** Crise política no Brasil. “Deus, pátria e família”. Factory Acts. Era Vargas. Bolsonarismo.

## ABSTRACT

Interpretations of the rise of conservative groups that led Jair M. Bolsonaro to the Presidency of the Federative Republic of Brazil have been the subject of controversy in the specialized press and among intellectuals. In this article, we support the thesis that historical materialism, with its concept of class struggles as the engine of the historical process, still offers the best economic and social theoretical system to understand the political crisis in Brazil. To support our argument that the typology of current conflicts is not something endemic to the Brazilian reality, nor is it essentially “new”, we analyze events of class conflicts in two different historical cuts: the Factory Acts, in the 19th century England; and the Vargas era, between 1930 and 1954 in Brazil. In both cases, we highlight events in which bourgeois practices were very similar — sometimes identical — to those experienced in Brazil before and after Dilma Rousseff’s impeachment, including anti-democratic practices and the appeal to slogans such as “God, homeland and family”.

**Keywords:** Political crisis in Brazil. “God, homeland and family”. Factory Acts. Vargas era. Bolsonarism.

## 1. INTRODUÇÃO

A segunda década do século XXI trouxe novamente à evidência movimentos fortemente conservadores em muitos países — como nos casos dos Estados Unidos, da França, da Itália, da Argentina —, fenômeno que não era visto desde o final da Guerra Fria. A eleição de políticos conservadores, o fortalecimento da xenofobia na Europa e nos Estados Unidos e a explosão de denúncias de racismo e homofobia estampavam as páginas dos principais jornais dos países ocidentais. Porém, certamente em pouquíssimos lugares do mundo essa guinada reacionária ganhou mais força do que no Brasil.

Diante desse contexto, no Brasil, grupos conservadores das igrejas cristãs enalteciam o armamento; houve casos de militares e policiais que ameaçaram insubordinar-se; alguns juizes e procuradores tentaram manipular o ambiente político para influenciar os resultados das eleições; setores da imprensa tradicional colaboraram com a difusão de notícias falsas; no campo, fiscais e ambientalistas eram constantemente ameaçados e, em alguns casos, até mesmo assassinados. Em meio a esse caos conjuntural, o governo facilitou o acesso ao porte de armas de fogo. E se engana quem pensa que os adeptos desse movimento perenticiam essencialmente a estratos da burguesia nacional; muitos pobres aderiram à onda conservadora, sobretudo pela grande influência das igrejas neopentecostais nas periferias das médias e grandes cidades do Brasil. Muitos caminhoneiros também se tornaram simpatizantes de movimentos reacionários. Entre os anos de 2016 e 2022, não era nada difícil encontrarmos pelas rodovias veículos com o slogan “Deus, pátria e família”, que se tornou uma das “marcas” do bolsonarismo no Brasil.

Nesse quadro de efervescência política, com grandes embates políticos em redes sociais, nas famílias, nas empresas, nas escolas e nas universidades, várias interpretações emergiram entre intelectuais, jornalistas e analistas políticos. Algumas análises eram originais e bem elaboradas, enquanto outras eram mais simplórias — e, infelizmente, mais difundidas —, compondo o quadro de reflexões sobre o que estava ocorrendo no país.

A interpretação de que o Brasil estaria vivendo uma subespécie de fascismo (neofascismo) é talvez a mais difusa e grosseiramente replicada. É bem comum a esquerda brasileira acusar a direita bolsonarista de (neo)fascismo, como fazem, por exemplo, Barroco (2022) e Boito Jr. (2023)<sup>1</sup>. No Brasil, assim como ocorre nos Estados Unidos, muitos intelectuais são tentados a definir como “fascista” qualquer movimento conservador ou prática autoritária de governos reacionários. O filósofo Gianni Fresu<sup>2</sup> nos lembra que o fascismo é um fenômeno tipicamente italiano, nascido de causas precisas, devidas à profundidade da crise europeia antes e depois da Primeira Guerra Mundial (Fresu, 2017). Contudo, evidentemente, a influência do fenômeno vai bem além daquela realidade histórica e geográfica. Apesar de algumas práticas e atos simbólicos do bolsonarismo remeterem ao fascismo — e também a outros movimentos conservadores, como o nazismo —, há grandes diferenças estruturais, históricas e metodológicas entre ele e o regime político característico da Itália na primeira metade do século XX. Em nosso entendimento, caracterizar o governo de

<sup>1</sup> Boito Jr. (2023), apesar de recorrer ao termo *neofascista* para caracterizar o bolsonarismo, admite a existência de controvérsias sobre o uso do termo.

<sup>2</sup> Gianni Fresu é doutor em pesquisa filosófica (sob orientação de Domenico Losurdo) pela Università degli Studi di Urbino Carlo Bo, e presidente da International Gramsci Society Brasil. Atualmente, é professor de Filosofia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Jair Bolsonaro como (neo)fascista mais ofusca do que favorece a compreensão das suas particularidades.

Dieguez (2022), em seu *O ovo da serpente* — livro em que narra os eventos que foram a base para a ascensão de Bolsonaro —, entende que no Brasil emergiu uma nova direita, composta por estratos sociais distintos, os quais tipificavam as particularidades do bolsonarismo.

Outro autor que se dedicou a buscar compreender essa guinada à direita no Brasil contemporâneo foi o sociólogo Jessé Souza (2015; 2019). O autor do bem-sucedido livro *A elite do atraso* (Souza, 2019) sustenta a tese de que o comportamento truculento, preconceituoso e antinacional da elite brasileira é produto essencialmente do passado escravocrata do país. O mesmo autor, influenciado pela sociologia weberiana e pela noção de capital cultural do sociólogo francês Pierre Bourdieu, afirma que para compreender os conflitos de classe no Brasil atual é necessário abandonar a noção de luta de classes tal como é apresentada por Karl Marx e pelos marxistas, pois a considera “simplista” e “economicista” (Souza, 2019, p. 90, 93). O mesmo autor também não é simpático a alguns dos clássicos estudiosos da construção social do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, os quais acredita serem responsáveis por inserir na academia alguns preconceitos sobre a formação do Brasil.

Inversamente a Jessé Souza, objetivamos defender neste artigo a tese de que o materialismo histórico ainda é um sistema teórico-social perfeitamente capaz de nos fornecer ricas interpretações sobre a realidade brasileira contemporânea. Nossa leitura foi inicialmente motivada por dois grandes representantes do materialismo histórico como lente analítica para os conflitos de classe hodiernos: o filósofo italiano Domenico Losurdo, entre cujos últimos escritos está *A luta de classes* (2015), e a historiadora estadunidense Ellen M. Wood, que, inclusive, é grande crítica do pós-marxismo, devido ao abandono da discussão de classes e à sua substituição pela política do discurso e enaltecimento do simbólico. Wood (2011) nos lembra que o marxismo atribui primazia determinante à luta de classes. Não porque a classe seja a única forma de opressão, nem mesmo a forma mais frequente, consistente ou violenta de conflito social, mas porque seu terreno é a organização social da produção, a qual cria as condições materiais da existência. Para a mesma autora, “o primeiro princípio do materialismo histórico não é a classe, nem a luta de classes, mas a organização da vida material e da reprodução social” (Wood, 2011, p. 99). É também Wood (2011) quem vai nos alertar sobre o fato de que Weber é costumeiramente convocado pela intelectualidade burguesa para contestar o marxismo<sup>3</sup>, e que foi ele, e não Marx, quem viu o mundo através do prisma da concepção unilinear, teleológica e eurocêntrica da história. Marx, mais do que qualquer outro pensador ocidental, tentou erradicar a referida visão de mundo<sup>4</sup>.

**3** “Marx versus Weber sempre foi uma das fixações favoritas entre os acadêmicos — ou, para ser mais precisa, Weber foi um dos chicotes preferidos para castigar os marxistas: [para os weberianos,] Marx é um reducionista, um determinista econômico; Weber tem uma compreensão mais sofisticada das causas múltiplas, a autonomia ideológica e política; a visão de Marx da história é teleológica e eurocêntrica, a de Weber, mais afinada com a variabilidade e a complexidade da cultura humana e dos padrões históricos.” (Wood, 2011, p. 129)

**4** Sobre a teoria social, Wood (2011, p. 129) afirma que “Weber a reduziu a uma teleologia pré-marxista, em que toda a história é um movimento no mais das vezes tendencioso em favor do capitalismo, em que o destino capitalista é sempre percebido nos movimentos da história, e em que as diferenças entre as várias formas sociais estão relacionadas aos modos particulares com que incentivam ou obstruem o movimento histórico único.

Mandeville repudiava qualquer intervenção legislativa do Estado destinada a proteger “aquela parte mais mesquinha e pobre da sociedade”, condenada a desenvolver um “trabalho sujo e digno de escravos”. Em compensação, “recomendava enfaticamente que fossem obrigatórias para os pobres e iletrados a doutrinação religiosa e a frequência à Igreja aos domingos”

Outro aspecto interessante a ressaltar é a surpresa de alguns analistas políticos brasileiros em relação à adesão de consideráveis parcelas de estratos populares aos movimentos conservadores, não raro e equivocadamente interpretando o fato como inédito ou endêmico. Domenico Losurdo (2015, p. 168) já nos advertia que, “assim como os povos em condição subalterna, as classes subalternas também podem desenvolver um papel reacionário”.

Para validarmos nosso argumento de que o materialismo histórico ainda é adequado para compreender os fatos recentes da conjuntura política brasileira, e também para refutarmos a interpretação de que a recente ascensão conservadora é um fenômeno essencialmente novo, recorreremos ao resgate de eventos históricos em lugares e momentos distintos, dos quais algumas práticas remetem aos fatos do Brasil atual. Escolhemos o período inicial dos Factory Acts (leis fabris), na primeira metade do século XIX no Reino Unido, e a era Vargas (1930-1954), no Brasil, porque em ambas as conjunturas os avanços destinados à classe trabalhadora foram conquistados em meio a ações truculentas da burguesia, promoção de teorias falsas, moralismo religioso, divisão da opinião pública etc. Assim como no bolsonarismo, temas como “Deus, pátria e família” faziam parte da retórica conservadora, que acusava a esquerda de destruir esses valores. A escolha de recortes históricos — bem como de suas narrativas — certamente foi a tarefa mais complexa deste trabalho, contudo buscamos suporte em uma bibliografia cujo destaque temático é a luta de classes como elemento-chave para elucidar os embates políticos dos respectivos eventos históricos.

Aqui achamos oportuna uma indagação a que buscamos responder neste artigo: seriam mesmo a esquerda e o socialismo os responsáveis pela ebulição dos valores tradicionais do mundo ocidental? Sendo assim, tendo em vista que nosso fio condutor de interpretação da história é o materialismo histórico, faz-se importante que o leitor tenha clareza dos sig-

nificados de *Deus* (cristianismo<sup>5</sup>), *pátria* (Estado burguês com face nacionalista<sup>6</sup>) e *família* (família tradicional cristã ocidental<sup>7</sup>) na obra de Marx e Engels, idealizadores da referida teoria social.

## 2. FACTORY ACTS

A primeira metade do século XIX apresentou ao mundo grandes mudanças qualitativas e quantitativas no mundo trabalhista. O capitalismo, especialmente o inglês, estava em grande efervescência. As novas formas de interação entre o homem e o meio natural passaram a ser cada vez mais mediadas por máquinas e ferramentas. O desenvolvimento das forças produtivas na grande manufatura possibilitou mudanças nas relações de produção, e teve como um de seus resultados o advento do trabalho fabril de mulheres e crianças<sup>8</sup>, culminando, assim, em uma nova organização social, inclusive na esfera familiar. As paisagens bucólicas desapareciam, impulsionadas pela política de cercamento inglesa<sup>9</sup>, resultando em intenso êxodo rural e urbanização acelerada. Cidades como Londres, Manchester e Birmingham se caracterizavam pelas clareiras que liberavam poluição no ar, oriunda da queima do carvão mineral, enquanto os galpões fabris se multiplicavam (Dobb, 1983). Período este chamado por Hobsbawm (2019) de “era das revoluções”.

Não obstante, as mudanças causadas pelo novo modo de acumulação também se caracterizavam por submeter à insalubridade e a condições desumanas os trabalhadores das manufaturas britânicas, que passavam cada vez mais a incorporar crianças, mulheres e imi-

**5** Marx e Engels (2007, p. 249) afirmam que “a única razão pela qual o cristianismo quis nos libertar do domínio da carne e dos ‘anseios como fator de impulsão’ foi o fato de encarar nossa carne, nossos anseios como algo estranho a nós; a única razão por que ele quis nos salvar da determinação natural foi o fato de considerar nossa própria natureza como não pertencente a nós”. Engels (2019, p. 158) ainda aprofunda a crítica ao cristianismo, julgando-o “completamente inocente no que se refere à extinção gradativa da escravidão. Ele compactuou com a escravidão no Império Romano durante séculos e, mais tarde, não impediu o comércio de escravos pelos cristãos, nem o dos alemães no Norte, nem o dos venezianos no Mediterrâneo, nem o posterior tráfico de negros”.

**6** Sobre o nacionalismo, os referidos autores afirmam que “a estreiteza nacionalista é repulsiva onde quer que apareça, mas particularmente na Alemanha ela se torna asquerosa, porque aqui vem acompanhada da ilusão de se estar acima da nacionalidade e de todos os interesses reais, e nessa versão é lançada no rosto daquelas nacionalidades que admitem abertamente que sua estreiteza nacionalista está baseada em interesses reais. Aliás, em todos os países pode-se constatar que a insistência na nacionalidade afeta apenas os burgueses e seus escritores.” (Marx; Engels, 2007, p. 453)

**7** Em um de seus últimos escritos, o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2019) mostra como a noção de família variou temporalmente e geograficamente ao longo da história, desmistificando a ideia de que o conceito de família seja imutável e eterno, como alegam os representantes do cristianismo.

**8** Karl Marx demonstra que a emancipação do trabalho feminino e infantil é diretamente condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas: “À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade” (Marx, 2013, p. 468). Engels (2019) também relata como o desenvolvimento do capitalismo alterou a estrutura familiar, especialmente da classe operária.

**9** As leis de cercamento se referem ao cerco de campos abertos e terras comuns a partir do século XVII na Inglaterra e no País de Gales, criando direitos de propriedade sobre a terra anteriormente de uso comum. Com a permissão do governo, os camponeses sem terra foram compelidos a deixar o campo e migrar, em massa, para as cidades, em busca de trabalho. Assim se garantia a oferta de mão de obra abundante e barata para a indústria. Outros emigravam para as colônias inglesas na América, em busca de trabalho.



Ilustração da época retrata a exploração do trabalho infantil durante a Revolução Industrial no século XIX

grantes — sobretudo irlandeses — ao seu quadro de operários (Engels, 2008). É bem farta a bibliografia que relata os abusos sofridos pela classe trabalhadora na primeira metade do século XIX, entre os quais podemos destacar: jornadas de trabalho de até 16 horas diárias; crianças acorrentadas em máquinas para não fugir do trabalho; galpões com pouca iluminação solar e ventilação baixa; salários que mal atendiam às necessidades de subsistência; mulheres trabalhando durante o puerpério; proliferação de doenças respiratórias devido à ausência de condições mínimas de higiene nos ambientes industriais, entre outros<sup>10</sup>.

Como reação a essa conjuntura, emergiram várias associações trabalhistas, sindicatos, partidos de orientação proletária. A partir disso, surgem intensos debates em torno do direito trabalhista, especialmente com os *Factory Acts*, que foram uma série de leis, elaboradas pelo Parlamento inglês, para a regulação do trabalho nas fábricas (como a duração da jornada de trabalho, as condições do trabalho infantil etc.) (Moos, 2021).

Buscando frear a onda trabalhista e a crescente adesão às pautas sindicais, parcela da burguesia inglesa resolveu promover alguns intelectuais, os quais divulgavam teses contrárias aos *Factory Acts*, a exemplo de Nassau W. Senior<sup>11</sup>, contrário à lei de 1833, que introduziu limitações ao trabalho infantil, também se opondo à proposta de limitação da jornada diária de trabalho a dez horas. Senior afirmava categoricamente que o lucro líquido da indústria de algodão inglesa dependia da “última hora de trabalho”. Portanto, segundo ele, reduzir a jornada

<sup>10</sup> Certamente o melhor registro empírico feito sobre a vida dos trabalhadores industriais na primeira década do século XIX é de autoria de Friedrich Engels e intitula-se *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845). Inclusive, esse registro influenciou o próprio Karl Marx em muitos de seus trabalhos.

<sup>11</sup> De acordo com Marx (2013, p. 229), os “fabricantes o elegeram seu espadachim” para antagonizar os *Factory Acts*.

de trabalho comprometeria sua existência, lembra-nos Marx (2013). Já o dr. Andrew Ure, autor de *The philosophy of manufactures*, não recomendava que crianças e jovens tivessem as jornadas de trabalho reduzidas nem em uma única hora, pois,

se crianças e jovens menores de 18 anos, em vez de permanecerem 12 horas na atmosfera acolhedora e pura da fábrica, forem expulsas “1 hora” mais cedo e jogadas no hostil e frívolo mundo exterior, elas serão privadas, pelo ócio e pelo vício, de toda a esperança de salvação para suas almas (Marx, 2013, p. 302).

Ainda no início do século XVIII, Bernard Mandeville (2017), um dos mais célebres intelectuais da burguesia inglesa, sustentava, sem nenhum pudor, a necessidade de manter grandes contingentes populacionais em condições de pobreza, criando teses que eram compartilhadas entre as elites favoráveis ao arrocho salarial e à manutenção de jornadas de trabalho extensas<sup>12</sup>. Além disso, o mesmo autor era favorável à manutenção da baixa escolarização das classes trabalhadoras:

[É] necessário que a grande maioria permaneça tão ignorante quanto pobre. O conhecimento expande e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente se podem satisfazer suas necessidades (Mandeville, 1723 *apud* Marx, 2013, p. 691-692).

Mandeville repudiava qualquer intervenção legislativa do Estado destinada a proteger “aquela parte mais mesquinha e pobre da sociedade”, condenada a desenvolver um “trabalho sujo e digno de escravos”. Em compensação, “recomendava enfaticamente que fossem obrigatórias para os pobres e iletrados a doutrinação religiosa e a frequência à Igreja aos domingos” (Belluzzo, 2013, p. 16).

Apesar dos esforços de grupos conservadores, a campanha da burguesia inglesa fracassou e a Lei das 10 Horas entrou em vigor em 1º de maio de 1848. Apesar da derrota dos industriais nos tribunais, o embate não deixou de provocar profundas cicatrizes nos movimentos dos trabalhadores britânicos, visto que os líderes do partido cartista foram encarcerados e sua organização, fragmentada (Marx, 2013; Losurdo, 2015). Em seguida, a insurreição de junho, em Paris, e a violenta repressão, provocou na Inglaterra, do mesmo modo que na Europa continental, a união de grandes frações das classes dominantes para evitar o ocorrido na França:

[P]roprietários fundiários e capitalistas, chacais das bolsas de valores e varejistas, protectionistas e livre-cambistas, governo e oposição, padres e livres-pensadores, jovens pros-

**12** Mandeville afirmava: “Onde quer que a propriedade esteja suficientemente protegida, seria mais fácil viver sem dinheiro do que sem pobres, pois (do contrário) quem faria o trabalho? [...] Assim como se deve cuidar para que os trabalhadores não morram de fome, também não se lhes deve dar nada que valha a pena ser poupado. Se aqui e ali alguém da classe mais baixa, mediante um esforço incomum e apertando o cinto, consegue elevar-se acima das condições em que se criou, ninguém deve impedi-lo; sim, não se pode negar que o plano mais sábio para cada pessoa privada, para cada família na sociedade, é ser frugal, mas é do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres jamais esteja inativa e, no entanto, gaste continuamente o que ganha [...] os que ganham a vida com seu trabalho diário [...] não têm nada que os estimule a serem serviçais senão suas necessidades, que é prudente mitigar, mas insensato curar. A única coisa que pode tornar diligente o homem trabalhador é um salário moderado. Um pequeno demais o torna, a depender de seu temperamento, desanimado ou desesperançado; um grande demais o torna insolente e preguiçoso. [...] Do que expusemos até aqui segue que, numa nação livre, em que escravos não sejam permitidos, a riqueza mais segura está numa multidão de pobres laboriosos. Além de constituírem uma inesgotável fonte de homens para a marinha e o exército, sem eles não haveria qualquer satisfação e nenhum produto de nenhum país seria valorizável.” (Mandeville, 1723 *apud* Marx, 2013, p. 691-692)





Joedson Alves - Agência Brasil

Acima, bolsonaristas depredam prédios públicos de Brasília em 8 de janeiro de 2023 em uma tentativa frustrada de golpe; ao lado, movimentação no Palácio da Guanabara, em maio de 1938, após um grupo de aproximadamente oitenta integralistas tentar atacar a então residência e sede da Presidência da República



Acervo Iconographia

titutas e velhas freiras, sob a bandeira comum da *salvação da propriedade, da religião, da família e da sociedade!* [Grifos nossos.] A classe trabalhadora foi por toda parte execrada, proscrita, submetida à “*loi des suspects*” [lei dos suspeitos]. Os senhores fabricantes já não tinham mais por que se constranger. Revoltaram-se abertamente não só contra a Lei das 10 Horas, mas contra toda legislação que, desde 1833, procurava de algum modo restringir a “livre” exploração da força de trabalho. Foi uma rebelião *pro-slavery* [pró-escravidão] em miniatura, conduzida por mais de dois anos com um cínico despudor e uma energia terrorista, ambos tanto mais banalizados quanto o capitalista rebelde não arriscava nada além da pele de seus trabalhadores (Marx, 2013, p. 357).

Após a aprovação da Lei das 10 Horas pelo Parlamento inglês, os donos de fiações de linho espalhadas entre os condados de Dorset e Somerset imputaram a alguns de seus trabalhadores a autoria de uma petição contrária que dizia, entre outras coisas, o seguinte: “Os peticionários, que são pais, creem que 1 hora adicional de lazer não terá outro efeito senão a desmoralização de seus filhos, pois o ócio é a porta de entrada de todo vício.” (Mandeville, 1723 *apud* Marx, 2013, p. 303) De fato, não era tarefa complicada para a burguesia subjugar alguns trabalhadores, ou até mesmo líderes trabalhistas, para usá-los como porta-vozes de seus interesses. Até na maioria dos países capitalistas isso não é complicado, tendo em vista as condições materiais e, sobretudo, intelectuais da classe trabalhadora. Friedrich Engels, grande estudioso da classe trabalhadora inglesa no século XIX, foi categórico sobre a questão da educação dos trabalhadores: “Na medida em que a burguesia só lhes concede o mínimo vital indispensável, compreende-se que no plano cultural só lhes propicie aquilo que atenda aos interesses burgueses — o que, na verdade, não é muito.” (Engels, 2008, p. 149)

Losurdo (2015) recorda que alguns trabalhadores ingleses eram contrários aos Factory Acts. Isso porque nutriam em seu íntimo o sonho de ser industriais, além de seguirem orientações patronais e religiosas que, inclusive a essa altura da história, estavam alinhadas no combate aos avanços dos direitos trabalhistas. O mesmo autor faz um paralelo entre esse fato e o que ocorria do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão, quando, em meados do século XIX, o estadunidense William Walker conquista a Nicarágua e reintroduz a escravidão com o apoio de brancos pobres, fazendo “relampejar diante de seus olhos a esperança de que um dia eles mesmos poderão ser proprietários de escravos” (Losurdo, 2015, p. 176).

Como se percebe, já no século XIX eram fartos os exemplos da ausência de consciência de classe por parte de estratos populares, bem como do alinhamento das camadas médias da sociedade aos interesses da elite, contrária às demandas da classe trabalhadora.

### 3. A ERA VARGAS

Antes de iniciarmos a discussão sobre a era Vargas<sup>13</sup>, precisamos fazer uma breve contextualização da conjuntura internacional, pois é preciso lembrar que, no período entre as duas guerras mundiais, houve grande agitação política causada por movimentos trabalhistas, com destaque para a Revolução Russa (1917), que inflamou movimentos operários orientados por partidos comunistas em várias nações. Também surgiram movimentos anti-comunistas em diversos países, os quais contribuíram para barrar o avanço das revoluções trabalhistas, como o caso dos Freikorps na Alemanha, que impediram a revolução socialista germânica em 1918 e 1919, prendendo vários revolucionários e assassinando seus líderes, como a filósofa Rosa Luxemburgo, em Berlim. Na Itália emerge o movimento reacionário que ganhou maior fama mundial, o fascismo, liderado por Benito Mussolini. O fascismo prendeu e assassinou vários líderes e simpatizantes do Partido Comunista Italiano (PCI), tendo ganhado destaque a prisão do então deputado Antonio Gramsci, em 1926<sup>14</sup>, considerada um dos maiores símbolos da ditadura do *Duce* (Vacca, 2012).

No Brasil, é importante destacarmos que, na década de 1920, o engenheiro militar gaúcho Luiz Carlos Prestes era um dos antagonistas da República Velha. Prestes — que era simpatizante das revoluções socialistas e, posteriormente, se tornaria líder do Partido Comunista do Brasil (PCB) — liderou rebeldes no Sul do Brasil, formando a chamada Coluna Prestes. Inicialmente, Prestes apoiou Getúlio Vargas, chegando a ser convidado a comandar militarmente a Revolução de 1930. O PCB foi formado em 1922<sup>15</sup> e gozou de apenas cinco anos de legalidade, passando a existir de forma clandestina após 1927<sup>16</sup>.

**13** Assim como Bastos (2012), entendemos que o recorte temporal da era Vargas se estende da Revolução de 1930 até o suicídio de Vargas, em 1954, o que inclui o período do governo do general Dutra (1946-1950). Apesar de gozar de autonomia administrativa, Dutra não deixou ser influenciado e pautado por Getúlio Vargas em momento algum. Mesmo que seu governo tenha aplicado políticas econômicas contrárias ao trabalhismo do PTB varguista, Dutra é produto de decisões políticas de Getúlio Vargas para barrar o avanço da UDN na figura de seu grande rival, o brigadeiro Eduardo Gomes.

**14** Gramsci ficou preso até adoecer gravemente próximo à sua morte, em 1937.

**15** Os idealizadores do PCB foram Manuel Cendon, Joaquim Barbosa, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres, José Elias da Silva, Hermogênio Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro.

**16** O PCB continuou nos 18 anos seguintes atuando de forma clandestina, voltando à legalidade somente em 1945, no final do Estado Novo, mas voltou à ilegalidade em 1947, no governo Dutra. Apenas em 1985 o partido torna a atuar de forma legal.

Alguns equívocos interpretativos em relação à era Vargas decorrem de analisá-la apenas sob a lente do período do Estado Novo, o que é um erro grosseiro. A vida política de Vargas foi altamente dinâmica e mutável no que tange ao espectro político. Grosso modo, pode-se afirmar que Vargas estava à direita quando iniciou seu governo em 1930, e foi guinando para o centro até o final do Estado Novo, afastando-se gradualmente do liberalismo econômico. Durante o governo Dutra (1946-1950), e em seu governo democrático (1951-1954), Vargas muitas vezes flertou com a centro-esquerda

Opostamente, no início da década de 1930, emergia o movimento integralista brasileiro, liderado por Plínio Salgado, o qual fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. Plínio Salgado, que havia visitado Mussolini na Itália, tinha claras inspirações no fascismo, sendo, inclusive, financiado pela embaixada italiana no Brasil (Araújo, 1978). Além de clara antipatia ao materialismo dos movimentos operários, Salgado tinha aversão às tendências liberalizantes e individualistas, engendradas pelo capitalismo. Desaprovou as mudanças na sociedade brasileira causadas pelo avanço do capitalismo no país, como o trabalho feminino nas manufaturas, a urbanização e o êxodo rural etc. Considerava que o capitalismo liberal era ateu da mesma forma que o comunismo e, por isso, também levaria à degeneração moral da sociedade (Araújo, 1978). O lema do AIB era “Deus, pátria e família”. O movimento reacionário defendia a manutenção da ordem oligárquica e semifeudal<sup>17</sup>, característica primordial do Brasil até a década de 1920 (Rangel, 2005)<sup>18</sup>.

**17** Araújo (1978, p. 178), ao analisar o pensamento de Plínio Salgado, chega à seguinte conclusão sobre seus objetivos: “Com a destruição da civilização burguesa e do capitalismo, teríamos uma retomada das tradições e dos valores medievais, que, aliados ao desenvolvimento tecnológico, constituiriam a quarta humanidade. Esta, portanto, não deixa de incluir as inovações técnicas produzidas na humanidade ateuista, cuidando apenas de subordiná-las aos princípios espirituais. A síntese integralista parece ser, dessa forma, uma ampliação da fusão medieval.”

**18** Além de Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães foram alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros a destacar a presença de relações feudais na formação econômico-social (FES) do país. O geógrafo Armen Mamigonian (USP) insistiu em alertar, por grande parte de sua vida acadêmica, que negar a existência de relações feudais na formação socioespacial brasileira levou muitos intelectuais a formularem teses equivocadas sobre o Brasil.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), o período ditatorial de Getúlio Vargas foi marcado pela dura perseguição aos comunistas, havendo mais de 4 mil presos políticos pelo país nesse período (Atlas Histórico do Brasil, 2022), sobretudo pessoas que integravam a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Alguns dos famosos prisioneiros do Estado Novo foram o escritor Graciliano Ramos e o economista Ignácio Rangel. Sabe-se que o chefe do aparelho de repressão estatal, Filinto Müller<sup>19</sup>, era simpatizante do nazismo da Alemanha (Schwarcz; Starling, 2015), e não teve clemência com Olga Benário, judia alemã e então esposa de Luiz Carlos Prestes, deportada para a Alemanha nazista, onde a executaram em uma câmara de gás, no campo de concentração de Bernburg.

Todavia, engana-se quem pensa que apenas militantes da esquerda foram presos e perseguidos no Estado Novo. Em 1937, a AIB foi extinta, e no ano seguinte o levante integralista no Palácio do Guanabara<sup>20</sup> foi severamente reprimido, sendo alguns membros do levante fuzilados e mais de mil homens presos. Nesse momento, Plínio Salgado foi condenado ao exílio em Portugal por seis anos (Fausto, 2004; Silva, 2012; Schwarcz; Starling, 2015).

Alguns equívocos interpretativos em relação à era Vargas decorrem de analisá-la apenas sob a lente do período do Estado Novo, o que é um erro grosseiro. A vida política de Vargas foi altamente dinâmica e mutável no que tange ao espectro político<sup>21</sup>. Grosso modo, pode-se afirmar que Vargas estava à direita quando iniciou seu governo em 1930, e foi guinando para o centro até o final do Estado Novo, afastando-se gradualmente do liberalismo econômico<sup>22</sup>. Durante o governo Dutra (1946-1950), e em seu governo democrático (1951-1954), Vargas muitas vezes flertou com a centro-esquerda, tanto que escolheu Café Filho — conhecido por seu claro alinhamento com as pautas da esquerda<sup>23</sup> da época — para ser seu vice na campanha vitoriosa pela Presidência da República em

**19** Diretor da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desp).

**20** De acordo com Silva (2012, p. 339), no dia 11 de maio de 1938 “os integralistas desencadearam um assalto ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro (residência e sede da Presidência da República), com o objetivo de assassinar Getúlio e tomar o poder. Durante o assalto, o Palácio ficou isolado por várias horas e nenhuma unidade militar defendeu o presidente, apesar de seus assessores próximos clamarem desesperadamente pela ajuda do Exército e da polícia. Os generais Dutra, Góes Monteiro, Canrobert Pereira da Costa, Cordeiro de Farias e Filinto Müller deixaram o tempo passar para ver quem venceria a luta. Essa atitude parece confirmar a hipótese de que Vargas estava longe de ter o apoio irrestrito do Exército. Vencidos, os revoltosos foram duramente reprimidos.”

**21** De acordo com Bastos (2012, p. 7), há dupla definição na literatura sobre Vargas: por um lado, ele é tido “como o mártir que se sacrificou na defesa do interesse do povo-nação contra seus inimigos — trustes e cartéis que exploravam a economia popular, filiais estrangeiras que sangravam nossas reservas cambiais, países contrariados com nosso desenvolvimento e oligarquias e camadas médias, civis e militares resistentes à ampliação dos direitos de trabalhadores e da população pobre em geral. Mas também há uma memória negativa — do ditador, do político demagogo e do caudilho — consagrada pelas forças de oposição ao varguismo. E estas vão desde os grupos conservadores que lhe fizeram oposição, liderados pela União Democrática Nacional, a UDN, até intelectuais de esquerda, os quais consagraram a crítica acadêmica ao denominado populismo.”

**22** O historiador Boris Fausto (USP) afirma: “Costuma-se tomar a data de 1930 como o marco inicial do processo de substituição de importação de produtos manufaturados pela produção interna. Há certo exagero nessa afirmativa, pois, como vimos, esse processo começará nas décadas anteriores. Não há dúvidas, porém, de que as dificuldades de importação decorrentes da crise mundial de 1929 e a existência de uma indústria de base e de capacidade ociosa das indústrias, principalmente no setor têxtil, impulsionaram o processo de substituição.” (Fausto, 2004, p. 391)

**23** Café Filho foi exilado na Argentina durante o Estado Novo, foi contra o cancelamento do registro do PCB e era favorável à legalização do divórcio.

Ascom MPF



<https://memorialdemocracia.com.br/>



Ao lado, militares que integravam, na década de 1950, a chamada “república do Galeão” (comitê investigativo constituído pelo comando da Aeronáutica à revelia da lei, que convocava depoimentos e procedia a buscas e prisões sem autorização judicial). Acima, procuradores da Lava Jato, figuras centrais da “república de Curitiba”

1950, além de aceitar coligações políticas que o aproximavam de Luiz Carlos Prestes<sup>24</sup>.

Vargas foi protagonista da criação da Consolidação das Leis de Trabalho, a qual implementou juridicamente um conjunto de benefícios sociais, tais como limites à jornada de trabalho, férias remuneradas, aposentadoria etc. A Justiça do Trabalho passou a ser um dos palcos da luta de classes perante a legislação “outorgada” pelo velho presidente — recentemente enfraquecida pela lei nº 13.467, de 2017, no governo de Michel Temer; o salário mínimo era objeto de luta política e as variações de seu valor influenciavam a vida de milhões de brasileiros; a ampliação do crédito agrícola e habitacional através de bancos estatais também se tornou primordial para a economia nacional. Outra característica da era Vargas foi a criação de instituições públicas para o fomento da industrialização, agricultura, ciência e desenvolvimento regional<sup>25</sup>. Essas mudanças provocaram profundas alterações nas forças produtivas e nas relações de produção de um país ainda com fortes vestígios da escravidão negra e onde se concebiam as relações de vassalagem no campo com certa naturalidade.

**24** No dia 4 de novembro de 1947, Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes subiram ao mesmo palanque no Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, para apoiar a candidatura do deputado Cirilo Júnior ao cargo de vice-governador de São Paulo. O comício contou com mais de 10 mil espectadores. Lira Neto (2014, p. 135) afirma que “comunistas, quemeristas, petebistas e pessedistas se congraçavam na mesma euforia interpartidária”. Em entrevista a Fernando Morais, Prestes explicou a aproximação a Vargas sem nenhum arrependimento: “Os interesses do Brasil estão acima de minhas tragédias pessoais.” O relato está disponível no documentário *O Velho* (1997), biografia de Prestes, podendo ser facilmente acessado no streaming da Amazon Prime.

**25** Dentre alguns dos principais feitos da era Vargas, podemos destacar as criações de: Petrobras, Fundo Nacional de Eletrificação, Eletrobras, Plano Nacional do Carvão, Comissão de Desenvolvimento Industrial (e seu Plano Geral de Industrialização), Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, Capes, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão Nacional de Política Agrária, Banco do Nordeste do Brasil, Plano Nacional do Babaçu, Companhia Nacional de Seguros Agrícolas e Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais (Bastos, 2012).

Uma das pautas que dividiam o país no período pós-Estado Novo foi a legalização do divórcio, de forma que os candidatos que defendiam a medida eram tachados de “divorcistas”, e os opositores, considerados “a favor da família”

triais, já afetados pelo Imposto sobre Lucros Extraordinários, a reforçar a “campanha liberal, unificando comércio, indústria e agricultura no repúdio à intervenção estatal e polarizando o cenário político, à medida que o ex-presidente se aproximava de sindicatos e movimentos sociais urbanos” (Bastos, 2012, p. 370).

Após o fim do Estado Novo, em 1945, os militares novamente passaram a reivindicar maior participação na vida política brasileira, o que resultou na circunstância de que os principais candidatos à Presidência da República eram o general Eurico Gaspar Dutra, que contava com o apoio de Getúlio Vargas, e o brigadeiro Eduardo Gomes, que tinha o apoio da União Democrática Nacional (UDN) e dos setores mais conservadores da sociedade. Os militares, cujo papel fundamental estava na consolidação da República e na modernização do Estado pós-período imperial<sup>27</sup>, nutriam forte nostalgia pelo período em que atuavam

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, longe de ser pacífico, teve muita resistência de grande parte da elite conservadora, sendo o jornalista Carlos Lacerda seu maior representante na imprensa, bem como o maior crítico de Getúlio Vargas. Também havia políticos altamente conservadores, como o ex-governador de São Paulo Ademar de Barros, que, inclusive, era nostálgico do período imperial<sup>26</sup>.

Se até o final do Estado Novo Vargas ainda contava com aliados na elite brasileira, esse cenário mudaria radicalmente com o decreto-lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945, apelidado pela oposição de Lei Malaia (Bastos, 2012), que atribuía a responsabilidade pela inflação aos trustes e cartéis formados para cometer atos contrários à economia nacional, explorando a miséria e a impotência do povo. A reação de Vargas, porém, impeliu setores indus-

**26** Lira Neto (2014, p. 178) registra algumas falas de Ademar de Barros ao final da década de 1940: “Acorda e levanta-te, Brasil!”, discursou Ademar ao microfone, com a voz fanhosa que fazia a alegria dos imitadores de rádio. ‘O liberalismo político, nos seus fundamentos religiosos, filosóficos e políticos, é anticristão, materialista, antitradicional e, portanto, antinacional, corrupto, corruptor, desagregador e, em suma, meus caros patricios, satânico’, definiu o governador. ‘O liberalismo expulsou do Brasil o imperador dom Pedro I, que era antiliberal, e quase conseguiu retalhar a nossa pátria em republiquetas sem expressão.’”

**27** Huntington (1969, p. 203 *apud* Silva, 2012, p. 326) afirma que, “nessas etapas iniciais da modernização política, os oficiais militares desempenham um papel altamente modernizador e progressivo. Eles desafiam a oligarquia e promovem uma reforma econômica e social, a integração nacional e, em certa medida, a extensão da participação política. Eles atacam o desperdício, o atraso e a corrupção, e introduzem na sociedade ideias da classe média como eficiência, honestidade e lealdade nacional. Como os empreendedores protestantes da Europa Ocidental, os soldados em sociedades reformadoras não ocidentais encampam e promovem um puritanismo que, embora talvez não tão extremo quanto o dos revolucionários radicais, não deixa de ser uma inovação em suas sociedades. Os líderes e grupos militares desempenharam este papel inovador em sociedades maiores e mais complexas da América Latina, no final do século XIX. No Brasil, no México e em outros países, militares e seus aliados civis adotaram o positivismo como sua filosofia de desenvolvimento.”

de forma mais incisiva na política nacional. Por isso, sentiam-se autorizados a interferir na esfera política nacional (Ferreira, 2012; Silva, 2012).

Lira Neto (2014, p. 45) lembra que, nesse momento, o panorama eleitoral assumiu um grau de radicalismo poucas vezes visto na história republicana. Após 15 anos “impedidos de participar de eleições livres para a Presidência, os brasileiros testemunhavam uma disputa inflamada, na qual não faltavam golpes baixos, fabricação de boatos, produção de dossiês caluniosos”. O candidato Iedo Fiúza, do PCB, por exemplo, era retratado com a feição de camundongo em charges do *Diário Carioca* — estratégia similar à empregada nas ilustrações dos panfletos nazistas sobre os judeus — e apelidado por Carlos Lacerda de “Rato Fiúza”. Lacerda fazia campanha diária em seus jornais para associar o nome de Iedo à corrupção<sup>28</sup>. Também houve ações policiais para influenciar no pleito eleitoral, como a batida policial ocorrida às vésperas das eleições na sede do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Rio de Janeiro<sup>29</sup>.

Uma das pautas que dividiam o país no período pós-Estado Novo foi a legalização do divórcio, de forma que os candidatos que defendiam a medida eram tachados de “divorcistas”, e os opositores, considerados “a favor da família”, como bem nos lembra Lira Neto (2014). Como o Brasil era um país naquele momento fortemente influenciado pelo catolicismo, os candidatos que se apresentavam favoráveis ao divórcio naturalmente perdiam muitos eleitores, por isso muitos políticos favoráveis à implementação do divórcio evitavam manifestar-se sobre o tema<sup>30</sup>. O brigadeiro Eduardo Gomes, por exemplo, se apresentava como o candidato em favor da família e dos valores conservadores, como podemos ver:

Como costuma ocorrer em tais casos, o discurso em nome da moralidade pública logo derivou para o campo do moralismo. “A exemplo das demais instituições atingidas pela rajada subversiva dos últimos tempos, a família se viu abalada em seus alicerces”, argumentou o *Correio* em editorial intitulado “Em defesa do lar”. O jornal fazia coro a um discurso de Eduardo Gomes que criticara os comunistas e os demais partidários da implantação do divórcio no Brasil. “Falsamente apresentado como índice de civilização que deva ser invejado, o divórcio é um germe de enfraquecimento e de desordem social”, argumentara o brigadeiro. “O testemunho dos fatos comprova, sem exceção, que o divórcio, introduzido nas legislações em momento de subversão social e de rebaixa-

**28** A candidatura de Fiúza foi atacada de forma violenta: “Que diabo de doença tem o sr. [Luiz Carlos] Prestes, que lhe inspira a candidatura de um rato à Presidência do país?”, indagou Carlos Lacerda, cunhando o apelido pelo qual passaria a se referir à então vítima preferencial de seus artigos: “Rato Fiúza”. Nas edições do final de novembro, a primeira página do *Diário Carioca* foi ilustrada com a figura estilizada de um camundongo, acompanhada em dias sucessivos das fotografias de três casas de arquitetura moderna e de um prédio de apartamentos. Segundo Lacerda, todos os imóveis estavam em nome do candidato do PCB. O jornalista acusava Iedo de ter enriquecido à custa de irregularidades à frente da prefeitura de Petrópolis e, em especial, na direção do DNER, onde teria cobrado propinas a fornecedores e empreiteiros em contratos sem licitação. “O sr. Iedo Fiúza é conhecido pelo curioso apelido de ‘Dez por Cento’, apontou Lacerda” (Lira Neto, 2014, p. 47).

**29** Ordenada pelo chefe de polícia interino do Distrito Federal, desembargador Álvaro Ribeiro da Costa, apreendeu 140 mil exemplares de cartazes e panfletos do “Ele disse” sob a justificativa de se tratar de material subversivo (Lira Neto, 2014).

**30** A Constituição de 10 de novembro de 1937 reiterou que a família é constituída pelo casamento indissolúvel, sem se referir à sua forma (art. 124). O mesmo preceito foi repetido nas constituições de 1946 e de 1967. O divórcio foi instituído oficialmente com a emenda constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei nº 6.515, de 26 de dezembro do mesmo ano. De autoria do senador Nelson Carneiro, a nova norma foi objeto de grande polêmica na época, principalmente pela influência religiosa que ainda pairava sobre o Estado. Até o ano de 1977, quem casasse permaneceria sob vínculo jurídico para o resto da vida (A trajetória..., 2010).

mento dos costumes, teve efeitos profundamente maléficos no enfraquecimento moral da sociedade, no decrescimento demográfico e na criminalidade infantil.” Como consequente desdobramento da cruzada moralista, a religião não demorou a entrar também, ela própria, na agenda eleitoral. Ao buscar uma identificação direta com a população de maioria católica, Eduardo Gomes passou a ser acusado pelos adversários de intolerância religiosa. Espalhou-se o boato de que quando respondera pelo comando da Segunda Zona Aérea, no Recife, chegara a mandar prender soldados evangélicos que teriam se recusado a ir à missa (Lira Neto, 2014, p. 47-48).

A vitória de um governo militar, na figura do general Dutra, não poderia ter sido em um momento menos oportuno. Com a complexificação da economia brasileira e as mudanças no papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, os militares apresentavam-se como gestores obsoletos, com uma mentalidade presa ao quadro nacional do final do século XIX<sup>31</sup>. A diminuição da demanda de produtos dos países periféricos por parte da Europa e dos Estados Unidos foi expressiva no início do período pós-II Guerra, o que levou muitas economias periféricas à crise econômica e social, e o caso brasileiro não foi diferente (Rangel, 2005). Bielschowsky (2000) lembra que houve multiplicação de greves por toda parte<sup>32</sup>, em busca da recuperação dos salários reais, desvalorizados pela forte inflação dos anos de guerra. A ascensão do Partido Comunista, que alcançava 10% do eleitorado nacional e que em 1947 já tinha cerca de 200 mil membros, e os primeiros sintomas da Guerra Fria constituíam razões objetivas suficientes para que se definissem os limites da democracia que as classes dominantes estavam dispostas a implantar.

No ano seguinte, o combate à inflação foi tentado por via do controle creditício rigoroso, medida que não teve resultados positivos. Dutra já começava a perder o apoio da imprensa e de setores do comércio, que em documento de órgãos representativos da classe comercial afirmavam estar “o Brasil vivendo um dos mais angustiosos períodos de sua história” (Bielschowsky, 2000, p. 313). Sobre a inflação, é interessante analisar os argumentos da época:

Consensualmente, a grande causa da inflação, segundo as análises econômicas de todo o período, estariam sendo os déficits públicos — argumento típico do empresariado, aquele que mais lhe convém, pelo menos no que diz respeito a seus interesses de curto prazo. Ao final da guerra, a recomendação mais enfática encontrada na literatura econômica era a de que se deveriam contrair as despesas públicas. Dutra, como candidato, pretendia fazê-lo (Bielschowsky, 2000, p. 315).

As diferenças de Getúlio com o governo de Dutra logo se tornaram intransponíveis. No Catete, como consequência do alinhamento incondicional do governo brasileiro aos Estados Unidos, o general pôs em prática uma política econômica lastreada na abertura

**31** Finer (1969, p. 14 *apud* Silva, 2012, p. 329) afirma que os “militares enquanto membros de uma corporação sofrem de duas fraquezas estruturais: a primeira é sua inabilidade técnica para administrar, que só lhes permite fazê-lo em sociedades muito atrasadas; a segunda é sua falta de legitimidade, isto é, a falta de um título moral para governar”.

**32** Sobre o período, Lira Neto (2014, p. 75) recorda: “Como efeito do pós-guerra, faltavam pão, carne, farinha, legumes, grãos e outros produtos de primeira necessidade nas prateleiras das mercearias, mercados e armazéns brasileiros. Nessa conjuntura de escassez e repressão policial, as greves se tornaram endêmicas. Funcionários dos Correios, empregados da Light, bancários, estivadores e ferroviários, entre outras categorias que atuavam em serviços essenciais, cruzaram os braços exigindo melhores salários e em protesto pela [contra a] alta da inflação.”



do mercado às importações e na elevação da taxa de câmbio. Era uma fórmula destinada a combater a inflação, incentivando a entrada de artigos importados no país, para com isso tornar mais baixos os preços dos produtos nacionais, pela força da concorrência. Silva (2012) nos lembra que a possibilidade de um grande fluxo de capitais estadunidenses virem para o Brasil depois da guerra animava a equipe econômica do governo Dutra. Porém, a expectativa foi desmentida no pós-guerra, quando os Estados Unidos se voltaram totalmente para a Europa com o Plano Marshall, e nem mesmo as reparações de guerra pretendidas pelo Brasil foram concedidas.

É importante lembrar que o salário mínimo ficou congelado durante o governo Dutra, quando houve forte repressão aos sindicatos e às greves (proibidas legalmente), além de Dutra pôr o PCB novamente na clandestinidade, em 1947. Os descontentamentos gerados por esses fatos explicam em parte os pedidos pelo retorno de Vargas, bem como a vitória dele na eleição seguinte (Bastos, 2012).

Antes da eleição, com a crescente popularidade da campanha de Vargas em 1949, os militares estavam de prontidão para uma possível intervenção militar, mostrando claramente seu posicionamento contrário ao retorno do gaúcho de São Borja à Presidência da República, o que já evidenciava as dificuldades que o novo governo enfrentaria (Lira Neto, 2014). Ferreira (2012) lembra que Vargas fez campanha eleitoral sem nenhum apoio da imprensa. Na verdade, foi hostilizado por ela<sup>33</sup>. Fazia comícios em cima de boleias de caminhão, munido de alto-falantes e distribuindo panfletos. No entanto, era recebido pelo povo com imenso carinho. Na campanha, ele defendeu o aceleramento da industrialização do país como forma de superar a pobreza e o subdesenvolvimento, bem como apoiou a expansão e o fortalecimento da Previdência Social. O brigadeiro Eduardo Gomes, por sua vez, contou com a simpatia e o patrocínio dos jornais e das estações de rádio. Muito dinheiro foi gasto em publicidade, embora sem sucesso:

A vitória de Vargas foi um choque para os liberais udenistas. O ditador do Estado Novo voltava ao poder, democraticamente, pelo voto popular. Os udenistas não aceitaram o resultado e tentaram anular a eleição. Entraram com recurso no Supremo Tribunal Eleitoral alegando que Vargas não obtivera a maioria absoluta, ou seja, 50% mais 1 voto (Ferreira, 2012, p. 300-301).

Com a vitória de Vargas, o cenário político nacional se radicalizou de forma inédita, de modo que as elites nacionais — em grande medida representadas politicamente pela UDN —, o Clube Militar, setores conservadores da sociedade e a grande mídia uniram-se para desestabilizar o governo Vargas, desgastando-o de diversas formas. Houve, por exemplo, uma série de escândalos em torno de acusações de corrupção e ineficiência dos órgãos de administração federal (Cexim, Cofap etc.), acusações de financiamento de “repúblicas

**33** Uma das estratégias para derrotar Getúlio seria destruir sua reputação perante a opinião pública, e a oposição, em coro com a imprensa lacerdista, usava desse artifício quando acusava Getúlio pelo trágico assassinato do udenista mineiro Virgílio de Melo Franco na residência deste, no Jardim Botânico. O expediente seria incorporado também ao repertório dos adeptos das teorias conspiratórias. Virgílio morreu após ser atacado por um ex-empregado, Pedro Santiago Pereira, no dia 29 de outubro, quando a deposição de Getúlio Vargas completava exatos três anos. As circunstâncias do crime jamais foram esclarecidas, o que deu ensejo às mais variadas suposições, inclusive a de que o político teria sido eliminado por encomenda expressa do ex-presidente. “Procuraram espalhar [...] ter sido eu o mandante da morte do Virgílio”, indignou-se Getúlio. “Custa-me crer que haja gente tão canalha, capaz de afirmar isso; ou tão idiota, para [o] supor. De qualquer forma, canalhas ou idiotas não merecem resposta.” (Lira Neto, 2014, p. 156-157)

sindicalistas” na América do Sul<sup>34</sup> e combate ao que era chamado de “tendência socializante” da política econômica corrente (aí incluído o pedido de extinção do antigo BNDE e até mesmo do Conselho Nacional de Educação, órgão de ideologia antiestatizante). Ainda mais importante, para provocar mobilizações golpistas os membros mais ativos da UDN se aproveitaram da insatisfação militar contra a política trabalhista do ministro João Goulart e de eventos como a “denúncia de João das Neves”<sup>35</sup> e o atentado a Carlos Lacerda<sup>36</sup> (Bielschowsky, 2000; Bastos, 2012).

A fundação da Petrobras, em 1953, também foi alvo de grandes críticas por parte da oposição, cujos integrantes consideravam antiquado o modelo de negócio que legitimou o monopólio estatal na extração de petróleo. Para os críticos da época, o modelo da empresa era resultado de um “nacionalismo tacanho”, “aventura de nacionalistas rasteiros”, produto de uma “onda comunista” etc., além de acreditarem que a empresa teria vida breve, como podemos verificar em relatos e manchetes dos jornais da época (Lira Neto, 2014)<sup>37</sup>.

Com um conjunto de frentes antagonônicas ao governo, que imputavam a Vargas todas as mazelas reais e fictícias que ocorriam na nação, naturalmente a reputação do apelidado Pai dos Pobres ficou arranhada em alguns estratos sociais, especialmente na elite carioca, fato que foi verificado durante o Grande Prêmio Brasil de Turfe, no Hipódromo da Gávea, em 1º de agosto de 1954, quando a presença de Getúlio causou muitas vaias da plateia (Lira Neto, 2014).

Lira Neto (2014) demonstra na biografia de Vargas que Getúlio não tinha o apoio dos militares desde o final do Estado Novo, e que, com a guinada dos militares na política

**34** Bastos (2012, p. 410) relata que “o deputado da UDN Aliomar Baleeiro já havia discursado no Congresso propondo um golpe preventivo, em março, e em maio o líder partidário Afonso Arinos propôs o impeachment de Vargas a pretexto das denúncias de Carlos Lacerda sobre suposta conspiração entre os governos de Brasil, Argentina e Chile para apoiar ‘repúblicas sindicalistas’ no Cone Sul. A proposta de impeachment foi derrotada por 136 votos contra 35, mas políticos da UDN e editoriais da imprensa, animados pelos argumentos de Lacerda e Baleeiro, pregavam abertamente uma intervenção preventiva contra a presumida conspiração continuísta de Getúlio, com o recado alarmista de que ela não se apoiava só em alguns militares golpistas, como em 1937, mas em um movimento de massas ainda maior do que em 1945, no estilo do peronismo argentino.”

**35** De acordo com João das Neves, Vargas tinha acordos secretos com Perón para a formação de um superbloco de integração econômica na América do Sul.

**36** O referido atentado ocorreu no dia 5 de agosto de 1954, na rua Tonelero, em Copacabana, Rio de Janeiro. A vítima em questão foi o jornalista, político e, à época, maior opositor do presidente Getúlio Vargas. Esse atentado tornou-se emblemático porque Lacerda veio a público acusando o presidente Vargas de ter ordenado o crime. A acusação de Lacerda tornou-se verossímil quando as investigações policiais apontaram para a figura de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas.

**37** Lira Neto (2014, p. 265-266) mostra alguns dos relatos de desaprovação ao modelo da Petrobras publicados nos jornais da época: “No *Diário da Noite*, Assis Chateaubriand escreveu o artigo ‘Capricho caro’, reproando a opção brasileira pelo monopólio nacional. ‘Os americanos do Norte não tiveram até hoje um só dos seus governos que se submetesse à tentação de nacionalizar a pesquisa ou a indústria de petróleo; assim como os canadenses’, comparou Chatô. ‘Se essa lição parte das duas nações melhor administradas na terra, por que fomos adotar aqui um sistema peculiar a xenófobos de países atrasados, inferiores? O *Correio da Manhã* classificou a Petrobras como uma *aventura de nacionalistas rasteiros* que defendiam *monstruosidades como o monopólio estatal petrolífero*. ‘Já não dispomos de tempo para experiências que estão sempre sujeitas a fracassar’, argumentou o *Correio*, que comparava o Brasil a uma casa entregue ao fogo. ‘Esse projeto não constitui apenas um entrave à solução do problema do petróleo; significa fechar as portas ao capital estrangeiro’, declarou aos *Diários Associados* o deputado udenista Plínio Pompeu, que seguia o mesmo raciocínio e discordava do apoio de seu partido à aprovação da matéria. ‘[A Petrobras] é um convite para que se retirem do Brasil os que colaboram conosco. A culpa é do governo, que não teve coragem de resistir à onda comunista e nos deu esse projeto horrível que aí está’, avaliou o político. ‘O nacionalismo tacanho levará ao fracasso, dentro de um ano, no máximo, a exploração de petróleo no Brasil.’”

após 1945, a antipatia dos militares pelo político gaúcho de São Borja só aumentou. O brigadeiro Eduardo Gomes, derrotado em 1946 e em 1950, inicialmente tentava um “golpe branco” — por via de aparelhamento judicial — sobre o governo recém-eleito, e, posteriormente, passou a articular uma insurreição armada no âmbito das Forças Armadas<sup>38</sup>. Membros da UDN reuniam-se frequentemente com a cúpula militar, servindo-lhe jantares, para articulações de cunho conspiracionista. O temor era de que Vargas levasse o Brasil a tornar-se uma “república sindicalista” — mesmo pretexto utilizado anos depois, em 1964, para depor João Goulart da Presidência da República.

Em face do iminente golpe de Estado, os militares publicaram um manifesto intitulado “Memorial dos coronéis”<sup>39</sup> em 1954 — brilhantemente resgatado por Lira Neto (2014) na extensa biografia de Vargas —, expondo suas angústias e insatisfações, que abrangiam do temor ao comunismo até a desaprovação da elevação do salário mínimo:

Com o comunismo solerte sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta. [...] No antepenúltimo parágrafo, lia-se uma advertência clara ao governo: “A elevação do salário mínimo, que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais (Lira Neto, 2014, p. 274).

Bielschowsky (2000) afirma que, em agosto de 1954, a fração golpista da UDN, liderada por Carlos Lacerda, teria finalmente sucesso na mobilização dos líderes radicais das Forças Armadas para a derrubada do presidente. Nessa mesma época, já operava o que se chamou de “república do Galeão”, sendo esta um comitê investigativo constituído pelo comando da Aeronáutica à revelia da lei, e que se arrogara o direito de convocar depoimentos e proceder a buscas e prisões sem autorização judicial (Bastos, 2012).

Os golpistas só não contavam com o suicídio de Getúlio, no dia 24 de agosto, atitude que deu novo fôlego ao movimento trabalhista e postergou em dez anos o golpe militar, consumado somente em 1964. Naquele contexto político que antecedeu o suicídio de Vargas, a crise econômica figurava apenas como um elemento complicador. Bielschowsky (2000) acredita que dificilmente ela terá sido um elemento causador da crise política, sobretudo porque a economia continuava crescendo e gerando elevadas taxas de lucro. Por razões políticas e ideológicas da oposição conservadora, a “crise” era apresentada como resultado do excessivo grau de intervenção do governo nos assuntos econômicos, revelador de sua “tendência socializante” e da má gestão de política monetária e cambial. Argumentavam os opositores que a libertação ante os mecanismos de mercado e o freio à estatização seriam os meios básicos para restabelecer o equilíbrio econômico.

**38** “O brigadeiro Eduardo Gomes, eterno pretendente ao Catete, procurou o deputado e professor Afonso Arinos para tentar convencê-lo a encaminhar, ele próprio, do alto de toda a sua autoridade jurídica, o requerimento pedindo o impedimento do presidente da República.” (Lira Neto, 2014, p. 283) Não conseguindo o que desejava, disse ele: “[É] necessário para que se forme, no meio militar, a consciência de que não há solução legal’, sugeri o brigadeiro. Pelo raciocínio assumido por Eduardo Gomes, uma vez esgotados os recursos pelas vias institucionais, só haveria uma forma de afastar Getúlio Vargas de uma vez por todas do Catete, como eles tanto desejavam: o golpe armado.” (Lira Neto, 2014, p. 284)

**39** O “Memorial dos coronéis” foi assinado por “82 coronéis e tenentes-coronéis, entre os quais se destacavam os nomes de Adalberto Pereira dos Santos, Alfredo Souto Malan, Amaury Krueel, Antônio Carlos Muricy, Euler Bentes Monteiro, Golbery do Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Silvío Coelho Frota e Sizen Sarmento, todos futuros participantes do golpe militar que deporia Jango exatos dez anos depois, em 1964” (Lira Neto, 2014, p. 274).

Muitas das instituições criadas na era Vargas tornaram-se importantes alicerces da sociedade brasileira no século XX nas áreas da educação, da geração de energia, da economia, da seguridade social, dos transportes etc.

Sobre o legado de Vargas, podemos dividi-lo entre fracassos e êxitos, como bem faz Bastos (2012). Isso porque o projeto nacional de Getúlio não foi capaz de superar restrições políticas e econômicas e porque, em vida, ele não conseguiu levar o país à industrialização pesada e, muito menos, converter a burguesia nacional e as elites políticas e militares ao ideário trabalhista de justiça social. Não obstante, o suicídio seguiu-se ao fracasso de seu projeto, adiou o golpe conservador e permitiu, nesse ínterim, que parte de suas instituições, projetos e fundos financeiros formasse a base do Plano de Metas de Kubitschek, além de consolidar o ideário desenvolvimentista e trabalhista, com efeitos políticos de longo prazo. Nesse sentido, muitas das instituições criadas na era Vargas tornaram-se importantes alicerces da sociedade brasileira no século XX nas áreas da educação, da geração de energia, da economia, da seguridade social, dos transportes etc.

#### 4. IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E ASCENSÃO DO BOLSONARISMO

Com o início dos governos federais petistas, em 2003, houve em sua primeira década uma série de avanços no campo econômico e social brasileiro. Até então, o último período de considerável crescimento havia sido o “milagre econômico” (1968-1973) do então ministro Antônio Delfim Netto, durante a ditadura militar. Diferentemente do “milagre”, o crescimento econômico brasileiro da primeira década do século XXI trouxe consigo maior redução das desigualdades. As transferências de renda, por meio do programa Bolsa Família, a valorização real do salário mínimo e a inclusão no mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira levaram à expansão de setores cuja produção demandava uma mão de obra menos qualificada. É o caso de muitos setores de serviços e da construção civil, que cresceram de forma expressiva no período (Carvalho, 2018).

Ao provocarem o aumento acelerado dos salários das ocupações que exigiam menor qualificação, tais alterações no padrão de consumo e na estrutura produtiva colaboraram com o círculo virtuoso de dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho que vigorou até 2010. Em síntese, o processo de redução de desigualdades no Brasil durante esse



Reprodução

Assim como Getúlio Vargas no Hipódromo da Gávea, em 1954, Dilma também foi alvo de ira da classe média brasileira, que vaiou em coro a presidenta nas aberturas da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo de 2014 (foto acima)

período explica-se, essencialmente, por mudanças na base da pirâmide social, consequência, em boa parte, das políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. Essas transformações, por sua vez, repercutiram no padrão de consumo das famílias brasileiras: produtos e serviços antes consumidos apenas pelos mais ricos passaram a ser consumidos também pela população de baixa renda. Vale lembrar que Paulo Guedes, ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro, demonstrou seu desprezo elitista ao analisar a política cambial dos governos petistas, quando revelou incômodo com a presença de empregadas domésticas na Disneylândia<sup>40</sup>. A alta do preço das commodities e os três pilares do crescimento econômico — distribuição de renda, expansão do crédito e aumento dos investimentos públicos — explicam a melhora no desempenho da economia brasileira em relação às duas décadas anteriores.

Na administração de Dilma Rousseff, especialmente entre 2011 e 2014, Carvalho (2018) recorda que houve o fim do ciclo de expansão dos investimentos públicos em infraestrutura e sua substituição por uma política de redução de impostos, concessões e outros estímulos ao setor privado, que retiraram da economia brasileira um de seus principais motores<sup>41</sup>. O fraco desempenho econômico, somado à inflação de combustíveis, energia elétrica

**40** No dia 12 de fevereiro de 2020, Guedes proferiu a seguinte frase: “Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada.” (Ventura, 2020)

**41** Após o impeachment, a ex-presidente Dilma Rousseff classificou a política de desonerações como um dos seus principais erros. Na autocrítica, feita em diversas entrevistas a veículos estrangeiros no ano de 2017, Dilma disse que esperava que as renúncias fiscais estimulassem as empresas a realizar investimentos e gerar empregos, mas que os empresários acabaram utilizando a política para aumentar suas margens de lucro. De fato, a maior parte das desonerações fiscais concedidas parece ter servido como política de transferência de renda para os mais ricos, contribuindo também para deteriorar sobremaneira as contas públicas (Carvalho, 2018, p. 74).

Em cenários de crise econômica, o comportamento característico da burguesia é se rebelar contra a estrutura legal do Estado, por não querer abrir mão da forma mais rudimentar de extrair mais-valor, a mais-valia absoluta. Para conseguir atingir suas reivindicações, a burguesia dissemina na sociedade sua superestrutura, alçando intelectuais, teorias, conceitos etc., além de recorrer às instituições que possibilitam cristalizar estruturas sociais

e transportes públicos urbanos, germinou descontentamento em parcelas significativas da população, culminando em grandes protestos contra o governo:

Protestava-se contra tudo: contra a má qualidade dos serviços públicos, contra os gastos exorbitantes com os megaeventos esportivos, em especial as construções de estádios a valores superfaturados, que começavam a ser reveladas pela imprensa —, contra o oligopólio dos meios de comunicação, principalmente o da TV Globo, contra os políticos, contra a dominação dos partidos sobre os movimentos populares, contra a violência policial, contra a miséria, contra o desemprego. As palavras de ordem iam de “Queremos hospitais e escolas padrão Fifa” — numa crítica às despesas com a Copa e ao baixo investimento em programas sociais — até “Os governantes agora somos nós” (Dieguez, 2022, p. 30).

Assim como Getúlio Vargas no Hipódromo da Gávea, em 1954, Dilma também foi alvo de ira da classe média brasileira, que vaiou em coro a presidenta nas aberturas da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Nesse contexto de insatisfação popular, emergiram alguns grupos conservadores que se apropriaram de pautas das manifestações, como o Movimento Brasil Livre (MBL). Fundado em 2014, o MBL reunia nas redes sociais jovens e adolescentes ativos, com pouca instrução política. Posteriormente, o MBL seria um dos maiores grupos organizados em campanha contra o governo de Dilma Rousseff, e alguns de seus principais membros se elegeriam vereadores e deputados, como os casos de Kim Kataguirí, de Fernando Holiday e de Arthur do Val.

Analistas e imprensa demoraram a compreender a guinada do Brasil para a direita. Os novos grupos eram vistos como exóticos ou radicais, e foram tratados com desdém por jornalistas e acadêmicos. Nesse contexto, havia um novo fator a ser explorado: as redes sociais. Seus jovens usuários não precisavam mais da mídia tradicional para divulgar ideias, e passaram a ter seus próprios meios de difusão.



O torturador Brilhante Ustra em depoimento à Comissão Nacional da Verdade em maio de 2013

Para deixar a conjuntura política ainda mais conturbada, começava a ganhar força a operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 e que, um ano depois, ampliaria investigações sobre um esquema de corrupção na Petrobras, com a participação de partidos aliados do governo e de diretores por eles indicados à estatal. Objeto de sublimação por parte da mídia, que desde o primeiro momento a exaltou numa cobertura acrítica, a Lava Jato foi crucial para a derrocada de Dilma. Embora já houvesse claros sinais da condução enviesada da operação, ela só seria comprovada quatro anos depois, com o vazamento de mensagens demonstrando que a acusação atuou em conluio com então o juiz Sergio Moro. A “república de Curitiba”, similar à “república do Galeão”, no final da era Vargas, cometeu uma série de irregularidades jurídicas por via da operação Lava Jato, buscando eliminar as bases da administração petista, usando de forma desvirtuada o recurso da delação premiada para incriminar pessoas previamente designadas.

Além de a economia não ir bem, a classe média mostrar-se cada vez mais irresignada com o governo e a Lava Jato buscar destruir as reputações da base governista, um outro fator que minou o governo Dilma — e que não pode ser ignorado — é a antipatia dos militares brasileiros com o referido governo. Victor (2022), em um brilhante estudo sobre o papel dos militares na vida política brasileira, demonstra como eles passaram a antagonizar o governo Dilma após a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011<sup>42</sup>. Mais tarde, a contrariedade dos militares com o PT fica evidente quando o general Villas Bôas, comandante do Exército Brasileiro, posta em suas redes sociais uma indireta em forma de ameaça ao Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>43</sup>, antes da votação do habeas corpus que re-

<sup>42</sup> A CNV tinha por objetivo esclarecer as mortes e práticas de tortura realizadas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

<sup>43</sup> Villas Bôas confirmou em entrevista que a pressão feita sobre o STF para que o tribunal não aceitasse o habeas corpus de Lula foi tramada pela cúpula militar (Em livro..., 2021).

A família patriarcal cristã atendia adequadamente à estrutura feudal, mas tornou-se antiquada para o capitalismo urbanizado, cada vez mais atomizado e individualista. Culpar os socialistas ou os partidos de esquerda pela dissolução da família patriarcal cristã e seus valores é, no mínimo, hipocrisia

sultaria na impugnação da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as eleições de 2018.

Com o impeachment de Dilma em 2016, o presidente interino Michel Temer impôs duríssimas políticas, ferindo diretamente os interesses das classes populares, como a Lei do Teto de Gastos (emenda constitucional nº 95/2016), a Reforma Trabalhista (2017) e o Novo Ensino Médio (2017).

Em meio a uma radicalização dos movimentos conservadores no Brasil, a figura do deputado Jair Messias Bolsonaro foi ganhando cada vez mais adeptos nas redes sociais. Bolsonaro, que era um militar reformado, tornou-se deputado em 1991 pelo Rio de Janeiro<sup>44</sup>, onde, inclusive, era conhecido pela luta por melhorias nos salários e nos planos de carreira dos militares, e também pelo obscuro envolvimento com milícias, junto com seus familiares. É interessante notar que nos anos 1990 Bolsonaro era visto como figura desprezível pela alta cúpula militar<sup>45</sup>, e digno de chacota na Câmara dos Deputados, onde por 27 anos conseguiu aprovar apenas dois projetos.

O grande trunfo de Bolsonaro foi a capacidade de reunir ao seu redor: evangélicos, que cresceram assustadoramente no Brasil durante os governos do PT; empresários e ruralistas; operadores do mercado financeiro; militares; jovens ativistas; eleitores de centro, ressentidos por serem chamados de fascistas, além de milhões de desertores, que deixaram de votar no PT após o ex-presidente Lula ser impedido pelo Supremo de concorrer à Presidência em 2018.

Os valores exaltados pelo seu governo provinham do velho jargão “Deus, pátria e família”, tradicionalmente utilizado por grupos reacionários para defender seus interesses. Nas áreas agrícolas, os produtores rurais se queixavam das invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) às suas propriedades, além de temer a possibilidade

<sup>44</sup> É importante destacarmos que Bolsonaro ingressou na política dois anos antes, em 1989, como vereador na capital fluminense.

<sup>45</sup> O ex-presidente Ernesto Geisel declarou em 1993: “Presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar.” (Victor, 2022, p. 110)





Em 24 de agosto de 1954, dia em que o presidente Getúlio Vargas se suicidou, veículos de O Globo foram incendiados por populares no Rio de Janeiro; jornal foi acusado de alimentar noticiário contra Vargas

de criação de novos assentamentos de reforma agrária. Os evangélicos, contra o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, criticavam as pautas da esquerda e a acusavam de destruir os valores da família cristã. Os agentes do mercado financeiro nunca viram com bons olhos as intervenções governamentais na economia feitas pelas administrações petistas e mostravam-se contrários à política de assistência social. Além disso, Bolsonaro contou com apoio de consideráveis parcelas da burguesia nacional (comercial e industrial), jovens ativistas na internet, eleitores de centro, militares e minorias conservadoras. Bolsonaro se apresentava como o salvador da pátria para esses grupos descontentes com a gestão do PT, que não em vão o apelidaram de Mito.

Bolsonaro arrebanhou os votos de brasileiros que, de uma hora para outra, passaram a se identificar como “de direita”. O fenômeno ganhou um nome corriqueiro: bolsonarismo. Apesar de o nome do então candidato e posteriormente presidente da República (2019-2022) ser tomado de empréstimo, o movimento direitista-conservador brasileiro não se limitou aos bolsonaristas. Pelo contrário: reuniu sob um mesmo “guarda-chuva” grupos tão díspares como os conservadores dos costumes, os liberais na economia, os defensores da intervenção militar e os caçadores de corruptos nascidos na operação Lava Jato, entre outros grupos minoritários.

As pesquisas de Diguez (2022) e Victor (2022) foram alguns dos trabalhos pioneiros que se aventuraram a compreender o bolsonarismo. Ambas as obras demonstraram que a campanha de Bolsonaro em 2018 foi orientada por pautas morais, conspirações e, sobretudo, desinformação espalhada pelas redes sociais. A campanha potencializou exponencialmente, portanto, um “antipetismo que já era latente nos meios militares e em outros setores conservadores do país, que na verdade não passava do velho anticomunismo com um novo verniz e aplicado pela operação Lava Jato” (Victor, 2022, p. 191). Nesse contexto, os bolsonaristas

## Getúlio não “getulianizou” as Forças Armadas, assim como sabemos que os governos do PT não fizeram os militares alinharem-se aos projetos progressistas, o que possibilitou a permanência na instituição do pensamento reacionário do início do século XX

exploraram exaustivamente uma faceta ascendente do conhecido fenômeno: o antipetismo cultural<sup>46</sup> — prática que foi aprimorada por Olavo de Carvalho, guru intelectual da família Bolsonaro —, ou a exploração de temas religiosos e comportamentais associados à família, à moral e aos bons costumes.

Ancorado na ascensão dos evangélicos e na vultosa adesão desses fiéis a Bolsonaro, o antipetismo cultural soube manejar eleitoralmente valores caros à enorme fatia conservadora da população. Mas também manipulou, distorceu e criou falácias, como no caso do chamado kit gay, apregoando que alunos das escolas brasileiras sofriam doutrinação marxista — queixa ecoada no fundamentalismo do projeto Escola sem Partido, de censura a professores —, chegando a aberrações como a “mamadeira de piroca”, uma fake news que se espalhou pelas redes sociais, segundo a qual, para combater a homofobia e a discriminação de gênero, prefeituras administradas pelo PT haviam “distribuído nas creches mamadeiras com bico em formato da genitália masculina, para que o então candidato a presidente Fernando Haddad, caso eleito, replicasse tal programa em todo o país” (Victor, 2022, p. 191-192).

A eleição de Bolsonaro definiu-se na tarde de 6 de setembro de 2018, durante uma caminhada de campanha em Juiz de Fora (MG), no controverso episódio em que o candidato levou uma facada de Adélio Bispo. Com o suposto atentado contra o candidato, houve grande mobilização da imprensa e das redes sociais, que pintavam Jair Bolsonaro como um mártir. Gozando de grande vantagem nas pesquisas eleitorais, o candidato decidiu cancelar as atividades de campanha e se negou a participar dos debates dos candidatos presidenciais, tanto na reta final do primeiro turno quanto no segundo turno, contra Fernando Haddad (PT), que passou longe de incomodar a liderança de Bolsonaro nas pesquisas.

---

**46** Vale lembrar que o antipetismo cultural tem sua gênese nos textos e falas do jornalista Reinaldo Azevedo, que difundiu termos como petralhas, mortadelas, entre outros, em grandes meios de comunicação como a revista Veja e a rádio Jovem Pan, em São Paulo. No entanto, para sermos justos com Reinaldo Azevedo, é importante destacar que o jornalista, posteriormente, tornou-se um grande opositor de Jair Bolsonaro na imprensa, inclusive apoiando Lula nas eleições de 2022.



Evangélicos fazem “arminha” (gesto que simbolizou a campanha presidencial de Bolsonaro em 2018) durante culto. Ancorado na ascensão dos evangélicos e na vultosa adesão desses fiéis a Bolsonaro, o antipetismo cultural soube manejar eleitoralmente valores caros à fiação conservadora da população

Bolsonaro foi eleito em 2018 com 55% dos votos válidos. Em seus primeiros discursos defendeu valores conservadores e prometeu mais segurança para a população, a liberalização da posse de armas e o restabelecimento da “ordem” no país. Disse que trabalharia para “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”, e definiu o dia de sua posse como aquele em que “o povo começou a se libertar do socialismo [e] da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (Victor, 2022, p. 201). A constante presença de bandeiras dos Estados Unidos no ambiente político de Bolsonaro e seu clã, somada à clara submissão do Itamaraty aos interesses da Casa Branca e ao alinhamento ideológico do governo com as pautas de Steve Bannon (conselheiro de Donald Trump), reacendeu o debate sobre a questão do imperialismo, dando atualidade a teorias clássicas sobre o tema, como as de Vladímir I. Lênin e Eric Hobsbawm<sup>47</sup>.

Na prática, o governo Bolsonaro (2019-2022) acabou sendo um dos piores da história do Brasil, tendo em vista que horrorizou o mundo com a forma com que enfrentou a pandemia de covid-19, usando de teorias de negação da ciência, corrupção na compra de vacinas, falhas logísticas na distribuição de oxigênio para hospitais, sucessivas trocas de ministros da Saúde etc.; erros que resultaram em cerca de 690 mil mortos no país (Oliveira, 2022).

Além do desastre na pandemia, podemos destacar o aumento do desmatamento na Amazônia; os elevados índices de inflação nos preços de alimentos e combustíveis; o esfacelamento da diplomacia brasileira, que passou a ser completamente orientada pelos Estados Unidos; a Reforma da Previdência (2019), que aumentou o tempo de contribuição dos trabalhadores, embora não tenha alterado o regime previdenciário de militares e parlamentares; a privatização da Eletrobras, e a tentativa de privatização dos Correios. O fracasso do governo Bolsonaro foi tamanho que o mandatário foi o primeiro presidente do Brasil a não conseguir se reeleger desde a redemocratização (1985), perdendo as eleições de 2022 para um velho conhecido do povo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>47</sup> A respeito da retomada da discussão sobre o imperialismo, recomendamos a leitura de Wood (2014).

O governo Bolsonaro buscou sustentação nas castas conservadoras das Forças Armadas, às quais não se cansou de conceder privilégios



## 5. CONCLUSÃO

Feita a análise de conjuntura apresentada neste artigo, a questão a que devemos responder é: qual o principal elemento em comum identificado no período dos Factory Acts, no final da era Vargas e na ascensão do bolsonarismo? A resposta é que em todos esses recortes histórico-geográficos o avanço das relações capitalistas e a melhoria dos direitos dos mais pobres entraram em conflito com as velhas formas de organização social. Em todos os casos, as crises econômicas precederam as crises políticas, como no esgotamento da Primeira Revolução Industrial, no período dos Factory Acts; na retração da balança comercial brasileira após o fim da Segunda Guerra Mundial, ao final da era Vargas, e na crise econômica, aprofundada pela diminuição dos investimentos públicos pós-Copa do Mundo no Brasil, que influenciou a conjuntura pré-impeachment de Dilma Rousseff.

Em cenários de crise econômica, o comportamento característico da burguesia é se rebelar contra a estrutura legal do Estado, por não querer abrir mão da forma mais rudimentar de extrair mais-valor, a mais-valia absoluta. Para conseguir atingir suas reivindicações, a burguesia dissemina na sociedade sua superestrutura, alçando intelectuais, teorias, conceitos etc., além de recorrer às instituições que possibilitam cristalizar estruturas sociais, beneficiando as elites ameaçadas pelas crises do capitalismo, como é o caso das religiões (cristãs, diga-se) que passam a dar legitimidade sagrada ou moral às pautas burguesas.

O capitalismo nasce na Inglaterra a partir da expropriação das terras comunais — política de cercamento —, criando proprietários de meios de produção e uma massa de desapropriados que precisam vender sua força de trabalho. O próprio capitalismo sentencia à morte a família paternalista cristã tradicional quando a insere na manufatura e proletariza mulheres e crianças. Pautas como a legalização do divórcio e do aborto nada mais são do que consequência das necessidades objetivas que o avanço das forças produtivas do capitalismo engendra nas relações de produção. A família patriarcal cristã atendia adequadamente à estrutura feudal, mas tornou-se antiquada para o capitalismo urbanizado, cada vez mais atomizado e individualista. Culpar os socialistas ou os partidos de esquerda pela dissolução da família patriarcal cristã e seus valores é, no mínimo, hipocrisia.

As ameaças de golpe militar — bem como o alinhamento das Forças Armadas aos interesses da burguesia — não são um fenômeno endêmico do Brasil, nem novo. Losurdo (2015), com base em Marx e Engels, lembra que em formações sociais nas quais não existe uma oligarquia capaz de dirigir o Estado e a sociedade em prol dos interesses da burguesia, ao contrário da Inglaterra e dos Estados Unidos, é comum a implantação de semiditaduras bonapartistas<sup>48</sup>, como ocorreu na Alemanha de Bismarck. A elite corteja os militares concedendo-lhes privilégios, e eles, por sua vez, agem como guardiões dos interesses burgueses no Estado. No caso brasileiro, desde a fundação da República, os militares têm posição de casta do funcionalismo público, com regras previdenciárias e planos de carreira muito melhores do que os da maioria dos servidores, e por várias vezes atuando como força independente em relação ao Poder Executivo (Victor, 2022).

Silva (2012, p. 357) lembra que Getúlio não “getulianizou” as Forças Armadas, assim como sabemos que os governos do PT não fizeram os militares alinharem-se aos projetos progressistas, o que possibilitou a permanência na instituição do pensamento reacionário do início do século XX. Soma-se a isso o fato de que, entre os países da América do Sul que atravessaram ditaduras nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil é um dos poucos onde a retomada da democracia não resultou em punição dos militares pelos crimes cometidos em nome do Estado, diferentemente do que aconteceu na Argentina e no Chile, como bem observou Dieguez (2022).

Analisando a história do Brasil republicano, percebe-se que as elites respeitam os resultados do voto democrático apenas quando os eleitos são representantes de seus interesses. Caso contrário, a história mostra que a burguesia busca, primeiramente, formas “legais” — manobras parlamentares ou “golpes brancos” — de anular o processo eleitoral, questionando a idoneidade deste, como fizeram o brigadeiro Eduardo Gomes e Aécio Neves. Em casos de maior radicalização, a burguesia também pode recorrer às práticas antidemocráticas, como em 1964 ou na derrota de Jair Bolsonaro, em 2022. O caso brasileiro evidencia a contradição, rigorosamente estudada por Wood (2011), entre capitalismo e democracia.

A democracia brasileira é, sem sombra de dúvidas, terreno em que se pode ver claramente a luta de classes, pois basta entendermos que quem votava no PTB de Vargas ou, mais recentemente, no PT de Lula sabia o que estava fazendo. Votava pelas empresas estatais, pela reforma agrária, pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Quem votava na UDN ou em Jair Bolsonaro também sabia o que estava fazendo. Votava contra o trabalhismo, com sentimento anticomunista, pela abertura das empresas públicas ao capital estrangeiro, pela diminuição do Estado na sociedade e por uma democracia restritiva, abertamente contrária ao movimento sindical e demais movimentos sociais.

**48** Sobre a recorrência às ditaduras bonapartistas em sociedades capitalistas não desenvolvidas: “Eis em que termos, em uma carta enviada a Marx, desde Manchester, em 13 de abril de 1866, Engels descreve o advento na Alemanha do ‘bonapartismo’ bismarckiano: Ao que parece, o burguês alemão depois de alguma resistência curvará a cabeça, porque o bonapartismo é efetivamente a verdadeira religião da burguesia moderna. Cada vez mais fica claro para mim que a burguesia é incapaz de comandar diretamente e que por isso, onde não existe uma oligarquia que em troca de uma boa remuneração, como aqui na Inglaterra, se pode encarregar de dirigir o Estado e a sociedade no interesse da burguesia, a forma normal é uma semiditadura bonapartista; ela defende os interesses materiais essenciais da burguesia até contra a burguesia, mas ao mesmo tempo não lhe concede acesso ao poder. Por outro lado, essa mesma ditadura, por sua vez, se vê obrigada, contra sua vontade, a fazer seus os interesses materiais da burguesia. Assim, vemos agora o senhor Bismarck adotar o programa da união nacional [a organização por excelência da burguesia liberal]” (Losurdo, 2015, p. 208).

Entendemos que a crítica ao capitalismo — mesmo que esteja fora de moda na esquerda ocidental — ainda é o terreno mais fértil para se compreenderem os problemas políticos do Brasil contemporâneo. É justo afirmar que um conjunto de obras criadas para estudar o capitalismo no século XIX não é adequado para as condições do início do século XXI. Mas não é evidente que haja surgido qualquer outra coisa durante esse período que ofereça uma base melhor — nem mesmo remotamente próxima — para a análise crítica do capitalismo. Concordamos com Wood (2011) no entendimento de que o mínimo que se pode dizer do materialismo histórico é que ele tem uma vantagem inestimável sobre todos os outros sistemas teóricos econômicos ou sociais os quais se propuseram a superá-lo, ou seja, tem vantagem pelo fato de submeter ao exame crítico não apenas o capitalismo em si, mas também as categorias analíticas a ele associadas.

Conclui-se, com isso, que no Brasil alguns intelectuais que buscam explicar a sociedade contemporânea muitas vezes parecem mais preocupados em mostrar que “superaram” autores clássicos do que, de fato, em compreendê-los com rigor filológico.

\* Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Ourinhos. Mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador dos grupos Redes e Organização Territorial e Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico (GEOTDE), ambos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP) do CNPq. Membro do Conselho Científico da revista *Geografia* (Unesp Rio Claro). Assessor de direção na Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1017-9070>

► Texto recebido em 7 de maio de 2024; aprovado em 21 de maio de 2024.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 23, v. 3, p. 161-180, jun.-set. 1978.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. **Presos políticos no Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/ditadura-do-estado-novo/mapas/presos-politicos-no-estado-novo>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

A TRAJETÓRIA do divórcio no Brasil: a consolidação do Estado democrático de direito. **Jusbrasil**, 2010. Disponível em: <<https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BARROCO, Maria Lucia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan.-abr. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.268>>. Acesso em: 19 maio 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. *In: \_\_\_\_\_*; FONSECA, Paulo César Dutra (Org.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 361-454.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., Armando. Os conflitos de classe na recente história política do Brasil. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 9-30, 8 mar. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.002>>. Acesso em: 19 maio 2024.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo, seus bastidores, personagens e a chegada ao poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Tradução Manuel do Rego Braga. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

EM LIVRO, Villas Boas confirma que pressão sobre o STF contra Lula foi articulada pela cúpula do Exército. **Carta Capital**, 10 fev. 2021. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/politica/em-livro-villas-boas-confirma-que-pressao-sobre-o-stf-contralula-foi-articulada-pela-cupula-do-exercito](http://www.cartacapital.com.br/politica/em-livro-villas-boas-confirma-que-pressao-sobre-o-stf-contralula-foi-articulada-pela-cupula-do-exercito)>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan**. Tradução Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019 [1884].

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Bernhard A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008 [1845].

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. *In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Paulo César Dutra (Org.). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 295-322.

FRESU, Gianni. **Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo**. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. Tradução Maria T. Teixeira e Marcos Panchel. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. Tradução Sílvia de Bernardins. São Paulo: Boitempo, 2015.

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas ou Vícios privados, benefícios públicos**. Tradução Bruno Costa Simões. São Paulo: Editora Unesp, 2017 [1723].

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução Rubens Enderle et al. São Paulo: Boitempo, 2007 [1846].

MOOS, Katherine. The political economy of state regulation: the case of the British Factory Acts. **Cambridge**

**Journal of Economics**, n. 45, p. 61-84, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cje/beaa034>>. Acesso em: 19 maio 2024.

NETO, Lira. **Getúlio**: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OLIVEIRA, Cida de. Os sete erros de Bolsonaro que permitiram 75% das 690 mil mortes por covid no Brasil. **Rede Brasil**, 27 nov. 2022. Disponível em: <[www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil](http://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil)>. Acesso em: 21 abr. 2023.

RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: BENJAMIN, César (Org.). **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1957]. v. 1, p. 285-354.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Lúcia Osório. A “política do Exército” no primeiro governo Vargas: 1930-1945. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Paulo César Dutra (Org.). **A era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 323-361.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

\_\_\_\_\_. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

VACCA, Giuseppe **Vida e pensamento de Antônio Gramsci (1926-1937)**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VENTURA, Manoel. Guedes diz que dólar alto é bom: “empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada”. **O Globo**, 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VICTOR, Fábio. **Poder camuflado**: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O império do capital**. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.